SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Processo Seletivo Simplificado – Edital 52/2026
Prova Objetiva – 18/10/2026

INSCRIÇÃO	TURMA	NOME DO CANDIDATO

ASSINO DECLARANDO QUE LI E COMPREENDI AS INSTRUÇÕES ABAIXO:	ORDEM

144 - Educação Especial / Formação de Docentes

INSTRUÇÕES

1. **Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.**
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. **Antes de iniciar a prova**, confira a numeração de todas as páginas.
3. Esta prova é composta de 72 questões de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a**, **b**, **c**, **d**, **e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas à equipe de aplicação de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente à equipe de aplicação de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. A duração da prova é de 4 horas, e esse tempo é destinado à resolução das questões e à transcrição das respostas para o cartão-resposta.
8. **Terá sua prova anulada e será automaticamente desclassificada do Processo Seletivo a pessoa que:**
   a) se afastar da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova e o cartão-resposta;
   b) descumprir instruções/determinações contidas no caderno de prova ou recebidas de qualquer pessoa da equipe de aplicação;
   c) destacar ou rasgar qualquer página do caderno de prova, salvo a parte reservada para anotação de suas próprias respostas, devidamente indicada na capa do caderno de prova;
   d) faltar com o devido respeito para com qualquer pessoa da equipe de aplicação da prova, autoridade presente ou qualquer outra pessoa;
   e) for responsável por ruídos (som/vibração) emitidos por equipamentos eletrônicos, tais como relógio, celular ou outros aparelhos eletrônicos;
   f) for surpreendida em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação;
   g) mantiver em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (por ex. chave de carro, pen drive, fone de ouvido), carteira de documentos/dinheiro ou similares ou qualquer objeto identificável pelo detector de metais;
   h) não assinar o cartão-resposta;
   i) obtiver deferimento para amamentação e cuja pessoa acompanhante descumprir as regras do processo;
   j) praticar atos contra as normas, disciplina ou que gerem desconforto durante a aplicação da prova;
   k) realizar anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido;
   l) se recusar a aguardar a saída simultânea, em razão de ser uma das três últimas pessoas candidatas da turma presentes na sala de prova;
   m) se recusar a entregar o material da prova (caderno de prova e cartão-resposta) ao término do tempo destinado para a sua realização;
   n) se recusar a passar pela inspeção de segurança e detecção de metais a qualquer momento;
   o) se retirar do local de prova antes de decorrida 01h30min do seu início;
   p) utilizar meios fraudulentos ou ilegais (eletrônicos, estatísticos, visuais, grafológicos ou outros procedimentos ilícitos) para obter para si ou para terceiros a aprovação no processo.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique à equipe de aplicação de prova. Aguarde autorização para entregar o material de prova.
10. Após a entrega do material de prova, dirija-se imediatamente ao portão de saída e retire-se do local de prova, sob pena de ter a candidatura excluída do Processo Seletivo.
11. Se desejar, anote as respostas no quadro disponível no verso desta folha, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

✂.....

RESPOSTAS								
01 -	09 -	17 -	25 -	33 -	41 -	49 -	57 -	65 -
02 -	10 -	18 -	26 -	34 -	42 -	50 -	58 -	66 -
03 -	11 -	19 -	27 -	35 -	43 -	51 -	59 -	67 -
04 -	12 -	20 -	28 -	36 -	44 -	52 -	60 -	68 -
05 -	13 -	21 -	29 -	37 -	45 -	53 -	61 -	69 -
06 -	14 -	22 -	30 -	38 -	46 -	54 -	62 -	70 -
07 -	15 -	23 -	31 -	39 -	47 -	55 -	63 -	71 -
08 -	16 -	24 -	32 -	40 -	48 -	56 -	64 -	72 -

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto a seguir é referência para as questões 01 e 02.

Em 10 de dezembro de 1987, Londrina foi palco de um evento que entraria para a história policial brasileira: o assalto com o maior número de reféns já registrados no país. Sete homens armados invadiram a agência do Banestado, exigindo uma montanha de 30 milhões de cruzados e, no processo, mantiveram mais de 300 pessoas reféns.

Essa é a história que o diretor José Eduardo Belmonte decidiu contar em Assalto à Brasileira, filme que adapta um dos capítulos policiais mais bizarros do país. O longa não perde tempo com introduções prolixas; rapidamente somos jogados no olho do furacão, acompanhando Paulo (Murilo Benício), um jornalista recém-demitido que vai à agência buscar sua rescisão, e Moreno (Christian Malheiros), o líder do assalto. Os motivos dos criminosos são contextualizados pela crise econômica da época, mas o filme prefere a ação imediata a longas explicações.

Benício é o grande destaque do longa. Ele entrega uma atuação fantástica, um equilíbrio entre a tensão, a comédia e a malandragem do personagem em cada cena, seja no desespero inicial ou nas negociações com a polícia. Contudo, o foco não recai apenas sobre o ator. Quase todo o elenco entrega performances memoráveis. Muitos dos reféns roubam a cena com reações cômicas diante do absurdo, e a química entre os assaltantes é um acerto cirúrgico; suas interações fazem o público se divertir, como se tivessem reunido "Os Trapalhões" para executar um grande assalto. […]

Outro ponto técnico que merece destaque é a direção de arte e a fotografia. Trabalhando com um espaço limitado – o banco assaltado em questão –, a equipe constrói uma ambientação incrivelmente fiel à década de 80, desde a redação da Folha de Londrina até a multidão histérica do lado de fora. […]

Disponível em: https://www.omelete.com.br/.

01 - De acordo com o texto, é correto afirmar:

a) O tom cômico nas atuações compromete o desenvolvimento da narrativa dramática.
b) O espaço reduzido da agência bancária prejudicou a fotografia e a direção de arte.
c) A atuação de Christian Malheiros recebe destaque entre as performances do elenco.
d) A crise econômica da época é o tema central explorado no filme.
►e) A narrativa se inicia de modo ágil, sem prolongamentos na apresentação.

02 - Quanto ao gênero textual, esse texto é:

a) um artigo de opinião que defende a importância do cinema nacional.
b) uma reportagem sobre o assalto com o maior número de reféns do Brasil.
►c) uma crítica de cinema que avalia aspectos técnicos e narrativos do filme.
d) uma sinopse de um documentário que narra o maior crime policial de Londrina.
e) um relato histórico que descreve a trajetória dos criminosos após o assalto.

03 - De acordo com o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), é uma conduta do professor que caracteriza infração administrativa:

a) Proibir a presença do aluno em eventos festivos devido à falta de uniforme escolar.
b) Dispensar o estudante das aulas de educação física por não portar atestado médico.
c) Transferir o estudante de turma para ajustar a oferta de vagas na unidade escolar.
►d) Deixar de comunicar à autoridade competente maus-tratos de criança ou adolescente.
e) Omitir à equipe diretiva as faltas injustificadas registradas durante a aula.

04 - De acordo com o artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), a conduta de submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é punida com a pena de:

a) multa.
►b) detenção.
c) advertência.
d) suspensão.
e) reclusão.

05 - De acordo com as diretrizes de Gestão Democrática estabelecidas na Deliberação n. 02/2015-CEE/PR, a consolidação desse princípio no ambiente escolar pressupõe a:

a) centralização de decisões pedagógicas exclusivamente nos órgãos do governo.
►b) transparência de processos e atos que oportunize a relação com a comunidade.
c) eliminação da mediação feita por colegiados como os conselhos das escolas.
d) dispensa da formação docente continuada sobre os temas de direitos humanos.
e) unificação compulsória de Projetos Político-Pedagógicos em nível nacional.

06 - Com base no Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, assinale a alternativa que apresenta os seis eixos essenciais que norteiam o planejamento e as ações do Peedh-PR.

►a) Educação Básica; Ensino Superior; Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça, Segurança e da Socioeducação; Educação Não Formal; Tecnologia e Dignidade Humana; Educação e Família.
b) Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação do Campo; Educação Quilombola; Educação Escolar Indígena; Educação Profissional.
c) Ensino Superior; Segurança Pública e Cidadania; Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos na Escola; Novas Tecnologias; Educação e Mídia.
d) Educação Infantil; Ensino Fundamental e Médio; Educação Étnico-Racial; Educação Inclusiva; Inovação Tecnológica; Direitos das Minorias.
e) Educação de Base; Ensino Técnico e Tecnológico; Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça; Educação Popular; Inclusão Digital; Direito das Famílias.

A situação hipotética a seguir é referência para as questões 07 e 08.

Ao preparar seu plano de aula sobre um determinado tópico, uma professora selecionou materiais em diferentes suportes: vídeo, imagem, HQ e textos escritos (literário e não literário). Uma semana antes dessa aula, a professora disponibilizou todo o material aos alunos e às alunas, encaminhando-o pelos endereços de e-mail que cada estudante tem cadastrado na escola, bem como inserindo-o na plataforma digital de uso cotidiano na instituição. Também foram indicados para leitura materiais complementares, que alunos e alunas deveriam acessar em diferentes sites. A professora orientou que todos esses materiais deveriam ser lidos. Os materiais não indicavam explicitamente o tópico que seria objeto da aula, mas, de uma maneira ou outra, ele estava tematizado em todos. No dia previsto para a aula sobre o tópico, a professora dividiu a turma em grupos, solicitando que cada grupo sintetizasse o tema central de cada material. Em seguida, cada grupo expôs sua síntese aos demais. Após o compartilhamento das leituras dos grupos, a professora distribuiu a cada estudante um questionário com perguntas que iam gradativamente fechando o foco no tópico que ela havia previamente selecionado como tema daquela aula.

07 - A forma de encaminhamento didático utilizado pela professora nessa atividade constitui uma metodologia ativa conhecida como:

a) aprendizagem baseada em problema.
b) aprendizagem baseada em projeto.
c) *design thinking*.
►d) sala de aula invertida.
e) *storytelling*.

08 - As etapas descritas na proposta que foi desenvolvida permitem à professora explorar as habilidades de LEMBRAR:

a) ANALISAR e AVALIAR.
b) ENTENDER e APLICAR.
c) AVALIAR e CRIAR.
d) ANALISAR e APLICAR.
►e) ENTENDER e ANALISAR.

EDUCAÇÃO ESPECIAL – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

09 - Assinale a alternativa que apresenta corretamente o recurso de acessibilidade comunicacional em que a própria pessoa apresenta informações sobre sua aparência, identidade e o contexto, contribuindo para que outras pessoas compreendam sua presença.

a) Audiodescrição
b) Descrição assistida de imagem
►c) Autodescrição
d) Mediação descritiva de conteúdo visual
e) Narração expositiva de elementos imagéticos

10 - O ícone de acessibilidade apresentado ao lado representa um recurso concebido originalmente para auxiliar na acessibilidade de pessoas com qual tipo de deficiência?

Disponível em: https://www.pngwing.com/pt/. Adaptado.

a) Deficiência visual ou baixa visão
►b) Deficiência auditiva ou surdez
c) Deficiência motora ou mobilidade reduzida
d) Deficiência intelectual
e) Transtorno do espectro autista ou autismo

11 - Os cordões de acessibilidade são identificadores visuais que sinalizam necessidades específicas de pessoas com deficiência, transtornos ou condições de saúde não visíveis (ocultas). O objetivo é facilitar a identificação de forma rápida e discreta, assegurando o atendimento prioritário e humanizado, além de auxiliar na promoção de conscientização social e combate ao preconceito. Considerando os cordões oficialmente instituídos, assinale a alternativa correta.

a) O cordão de fita com desenho de quebra-cabeça representa nacionalmente a neurodiversidade (TEA, TDAH).
b) O cordão de fita com desenho do infinito representa nacionalmente as pessoas com condições crônicas (epilepsia e Alzheimer).
►c) O cordão de fita com desenho de girassol representa nacionalmente a identificação das pessoas com deficiências ocultas.
d) O cordão de fita com desenho do infinito representa nacionalmente familiares de pessoas divergentes que necessitam de acompanhantes de forma indeterminada.
e) O cordão de fita com desenho de girassol representa nacionalmente a complexidade e a diversidade do espectro autista.

12 - Durante uma reunião pedagógica em uma escola da rede municipal, a equipe docente debateu a função dos diferentes instrumentos e serviços previstos na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto n.º 12.686/2025 e alterado pelo Decreto n.º 12.773/2025. A coordenadora apresentou a seguinte situação: um estudante com deficiência foi identificado pelo estudo de caso como público-alvo da educação especial. Agora, ele necessita de um documento obrigatório e individualizado que organize o Atendimento Educacional Especializado. Considerando as disposições dos decretos apresentados, assinale a alternativa que identifica adequadamente o documento ao qual a coordenadora se refere.

a) Estudo de Caso (EC)
b) Projeto Político-Pedagógico (PPP)
c) Relatório Técnico Pedagógico (RTP)
d) Atendimento Educacional Especializado (AEE)
►e) Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)

13 - A autora Audrei Gesser, em uma de suas obras mais clássicas*, Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*, aborda a relação entre o alfabeto manual (datilologia) e a língua brasileira de sinais. Considerando importância linguística, o alfabeto manual é:

a) uma língua utilizada pelos falantes da Libras para soletrar manualmente palavras da língua oral ou estrangeira, funcionando como um empréstimo linguístico da língua portuguesa.
b) um fenômeno linguístico da Libras que auxilia na criação dos sinais para estabelecer a efetividade da comunicação dos surdos.
c) um código secreto criado pelos surdos para se comunicarem sem que os ouvintes e outras comunidades consigam decifrar.
d) um sistema de escrita equivalente ao SignWriting que tem a função principal de registrar graficamente os sinais.
►e) um sistema de representação das letras do alfabeto, utilizado para soletrar nomes próprios, siglas e vocábulos que não possuem sinais correspondentes na língua de sinais.

14 - Considerando o disposto do Decreto n.º 12. 686/2025, quanto ao uso de dispositivos portáteis como instrumento de tecnologia assistiva no processo de aprendizagem, comunicação e socialização em ambientes escolares da educação especial inclusiva, as instituições de ensino devem:

a) proibir o uso de tablets ou qualquer outro dispositivo digital, em face da legislação nacional que veda o uso de dispositivos digitais portáteis em sala de aula em contextos educacionais.
b) proibir o uso de tecnologia assistiva até a apresentação do laudo médico ou de parecer de um profissional da área da saúde para autorização em sala de aula.
c) dispensar apresentação de laudo ou parecer médico em função da Lei Brasileira de Inclusão, pois tem garantido seu uso sem restrições em contextos educacionais.
►d) realizar o parecer pedagógico que autorize a utilização de tablets ou qualquer outro dispositivo de tecnologia assistiva para uso em qualquer natureza escolar.
e) planejar o uso de tecnologias assistivas para assegurar a inclusão com qualidade a partir do laudo médico que legitime a necessidade escolar em classe regular.

15 - Um educando surdo de 9 anos com língua materna em língua brasileira de sinais foi transferido de uma escola bilíngue para surdos para uma escola regular perto de sua casa. Neste momento, vem demostrando resistência e desinteresse sistemático pelas aulas, em especial, de língua portuguesa, recusando-se a realizar as atividades. A equipe pedagógica da escola atual identificou que a resistência do estudante está relacionada à abordagem metodológica utilizada pela professora atual: desconsidera sua condição linguística de Libras como L1, prioriza o português escrito e promove a leitura labial, acreditando que, proibindo a língua de sinais, a criança terá mais êxito escolar. Com base nos Estudos Surdos e na legislação atual da Libras no Brasil, assinale a alternativa que corresponde à abordagem metodológica empregada pela professora nesse caso.

a) Pedagogia Visual
b) Bilinguismo
c) Comunicação Total
d) Pedagogia Surda
►e) Oralismo

16 - Durante a formação continuada, a equipe pedagógica estudou e analisou as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Decreto n.º 12.686/2025 e alteração pelo Decreto n.º 12.773/2025), em especial, o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Com base nessas diretrizes, assinale a alternativa correta.

a) O PAEE é um documento facultativo e de natureza administrativa e deve ser elaborado pelo professor do AEE, visto que tem como finalidade orientar o trabalho desenvolvido pelo AEE.
►b) A identificação inicial de demandas individuais e de barreiras e a análise das barreiras e do contexto escolar estão entre as etapas do Estudo de Caso.
c) O resultado obtido do Estudo de Caso fundamenta o Plano Educacional Individual (PEI), não se aplicando ao PAEE por seguir uma metodologia de elaboração específica.
d) A garantia do AEE ao estudante está condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo ou relatório emitido por um profissional da área da saúde que subsidiará o Estudo de Caso e a elaboração do Plano Educacional Individual (PEI).
e) O PAEE é um documento autônomo, independente e dispensado de integração com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição.

17 - As adaptações curriculares geram muitas dúvidas no cotidiano escolar. Em uma situação comum na prática docente, uma professora recebeu em sua turma um estudante com deficiência intelectual, matriculado em classe comum. Ao lado da coordenadora, ela analisava o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) do estudante, que já indicava a necessidade de adaptações curriculares. Diante disso, a professora questionou se precisaria seguir a BNCC com esse estudante ou se deveria criar um currículo diferente para ele. Com base nas diretrizes da Política Nacional da Educação Especial Inclusiva instituída em 2025, essa professora deve:

►a) seguir a BNCC, com adaptações razoáveis para a modalidade, o nível e a etapa de ensino do estudante, consideradas as políticas curriculares, avaliativas e de planejamento.
b) elaborar currículo próprio para o estudante, pois a BNCC e as diretrizes curriculares nacionais não se aplicam aos estudantes da Educação Especial.
c) seguir a mesma BNCC da turma, sem adaptações, sendo dele e da família a responsabilidade de se adaptar.
d) definir a adaptação curricular com base na realidade da escola, desde que o estudante permaneça matriculado na classe regular.
e) decidir sobre a adaptação curricular com base na realidade da escola, desde que o estudante permaneça matriculado na classe regular.

18 - A Lei n.º 10.436/2002 (Lei da Libras) e o art. 18 da Lei n.º 10.098/2000 foram regulamentados pelo Decreto n.º 5.626/2005, que estabeleceu diretrizes fundamentais para inclusão educacional e acessibilidade da pessoa surda no Brasil. Considerando as disposições do referido decreto, é correto afirmar que:

►a) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas.
b) O ensino de Libras é restrito às instituições de ensino especializadas para educandos surdos, vedando a oferta em escolas regulares da rede pública de ensino com o intuito de combater as práticas oralistas.
c) A acessibilidade comunicacional nos serviços públicos é facultativa, ou seja, cabe a cada instituição decidir se disponibilizará tradutores e intérpretes de Libras.
d) A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada por instrutores com formação de nível médio, sendo facultativa a exigência de nível superior.
e) O tema sobre a modalidade de escrita da língua portuguesa para surdos é dispensado nos cursos de Fonoaudiologia e que a concepção de oralismo e a leitura labial devem ser intensificadas.

19 - A pesquisadora surda Karin Strobel, em sua obra *As imagens do outro sobre a cultura surda*, desenvolve o conceito de artefatos da cultura do povo surdo. Esses conceitos são amplamente identificados na Lei n.º 14.191/2021, que fortalece a cultura, a identidade e a educação bilíngue dos surdos. É correto afirmar que os artefatos culturais do povo surdo:

a) são materiais como aparelhos auditivos, amplificadores sonoros, implantes cocleares e dispositivos de alerta visual, que melhoram a qualidade de vida e a emancipação dentro da cultura brasileira de forma equânime.
►b) são produções do sujeito surdo com base nas suas experiências visuais e de seu pertencimento ao povo surdo, sendo fundamentais para a construção das identidades surdas, e incluem língua de sinais, literatura surda, artes e políticas.
c) são universais e idênticos aos de outras comunidades surdas, uma vez que a surdez é uma condição biológica e que as expressões visuais têm as mesmas estruturas culturais.
d) constituem-se em um instrumento de comunicação funcional desprovido de valor simbólico que tem como intuito promover a comunicação funcional em diferentes áreas para promoção da inclusão.
e) são produções acadêmicas e científicas desenvolvidas por pesquisadores ouvintes especialistas em sociologia que incluem a vida cotidiana, as narrativas e as experiências visuais do povo surdo.

20 - A Lei Federal n.º 10.436/2002 representou um marco na política linguística brasileira ao reconhecer a língua brasileira de sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. No entanto, há limites na relação entre a Libras e a língua portuguesa no contexto oficial do país. É correto afirmar que essa lei reconhece a Libras como:

a) segunda língua oficial do Brasil, equiparando-a à língua portuguesa escrita nos contextos formais e administrativos.
b) língua de sinais brasileira, acarretando uma substituição gradual da escrita da língua portuguesa nos contextos educacionais e inclusivos.
c) língua de instrução em ambientes educacionais bilíngues, tornando a língua portuguesa facultativa.
►d) a língua de sinais legal do Brasil, sem que ocorra a substituição da modalidade escrita da língua portuguesa.
e) língua materna do surdo, determinando que, em instituições de serviços públicos, a língua portuguesa seja gradualmente substituída por tecnologias assistivas.

21 - A história da educação de surdos sempre foi marcada por grandes lutas e conquistas educacionais, em especial, pelo reconhecimento da educação bilíngue. No Brasil, em 03 de agosto de 2021, a Lei n.º 14.191/2021 alterou a Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para dispor especialmente sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos, representando um marco linguístico, cultural e identitário. Considerando os fundamentos linguísticos, pedagógicos e legais que sustentam o bilinguismo para surdos no Brasil (Lei n.º 10.436/2002; Decreto n.º 5.626/2005; Lei n.º 14.191/2021), assinale a alternativa correta.

a) Na perspectiva bilíngue, a Libras e a língua portuguesa devem ser ensinadas simultaneamente desde a educação infantil, com igual carga horária e mesma metodologia, de modo que o educando surdo desenvolva as duas línguas de forma paralela e equivalente desde o início da escolarização.
b) O bilinguismo para surdos propõe que a Libras seja utilizada como recurso de apoio à compreensão da língua portuguesa oral e escrita em sala de aula como forma opcional.
►c) A modalidade de educação bilíngue reconhece a Libras como primeira língua do surdo, devendo ser adquirida de forma precoce e utilizada como língua de instrução em todas as áreas do conhecimento, enquanto a língua portuguesa escrita é ensinada como segunda língua por meio de metodologias específicas.
d) No modelo bilíngue, a língua portuguesa escrita é considerada dispensável para os estudantes, já que a Libras, por ser um sistema linguístico de natureza motora-visual, com estrutura gramatical própria, supre todas as necessidades comunicacionais da pessoa surda.
e) O bilinguismo para surdos consiste na oferta de intérprete de Libras em sala de aula regular, garantindo a acessibilidade linguística e a aprendizagem dos conteúdos sem adaptações curriculares metodológicas.

22 - O reconhecimento do status linguístico da língua brasileira de sinais (Libras) é um processo histórico e científico ainda em andamento, que enfrenta resistências baseadas em crenças e preconceitos. Com base nos fundamentos linguísticos, é correto afirmar que a Libras é:

a) uma língua padronizada e universal, sendo igual em localidades onde há comunicação por surdos.
b) uma língua artificial, por ter sido criada e sistematizada por pesquisadores ouvintes a partir de um conjunto de gestos adaptados da língua portuguesa, fenômeno que elevou ao status linguístico dada sua criatividade natural de comunicação.
c) um sistema de comunicação gestual de natureza visual-motora, desprovido de estrutura gramatical completa, funcionando como um código auxiliar para representar a língua portuguesa.
►d) uma língua natural, por apresentar uma estrutura gramatical própria nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, além de características como produtividade, criatividade, flexibilidade, descontinuidade e arbitrariedade.
e) uma língua natural, em razão de ser uma versão sinalizada da língua portuguesa, que é a língua oficial do país.

23 - A constituição das identidades surdas, sob a luz dos Estudos Surdos em Educação, vai além da dimensão biológica da audição para se consolidar como um artefato político e cultural. Considerando a complexidade das relações de pertencimento e a centralidade da experiência visual, assinale a alternativa correta quanto à natureza dessas identidades.

a) As identidades surdas configuram-se como categorias estáticas derivadas da herança biológica e da transmissão geracional de traços culturais específicos no interior das comunidades sinalizantes.
b) A identidade surda política manifesta-se por meio do engajamento em movimentos sociais que priorizam a reabilitação auditiva como requisito para participação do sujeito na cultura visual.
►c) A construção da identidade surda é um processo dinâmico e multifacetado que se fundamenta na identificação com os pares, no uso da língua de sinais e na validação da experiência visual como mediadora do conhecimento.
d) As identidades híbridas definem-se pela transição permanente do sujeito entre a cultura surda e a cultura ouvinte, resultando na assimilação integral dos valores e comportamentos do grupo majoritário.
e) A identidade flutuante caracteriza o sujeito que estabelece uma vinculação direta com os referenciais linguísticos da língua de sinais em detrimento da cultura ouvinte.

24 - A consolidação da educação inclusiva no Brasil é resultado de relações entre tratados internacionais, legislações nacionais e marco temporal de mobilização social. Seguindo essa linha de construção normativa, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a data que se comemora o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, a lei que institucionaliza essa data e o Decreto que promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como status constitucional.

a) 03 de dezembro; Lei n.º 13.146/2015; Decreto n.º 7.611/2011.
b) 03 de dezembro; Lei n.º 11.133/2005; Decreto n.º 7.611/2011.
c) 02 de abril; Lei n.º 12.764/2012; Decreto n.º 7.611/2011.
d) 21 de setembro; Lei n.º 13.146/2015; Decreto n.º 6.949/2009.
►e) 21 de setembro; Lei n.º 11.133/2005; Decreto n.º 6.949/2009.

25 - Considerando a crítica social e os fundamentos linguísticos e históricos da surdez, a charge ao lado:

Disponível em: http://psicopedagogafernanda.blogspot.com/.

►a) denuncia a contradição entre o valor social do aprendizado de línguas estrangeiras orais e o desprezo pela língua de sinais, evidenciando o preconceito linguístico na expressão pejorativa “mudinho”.
b) defende que a língua de sinais é um código intuitivo, razão pela qual os dois homens deveriam compreendê-la sem a necessidade de um estudo.
c) mostra que o homem surdo é um sinalizante nativo, e os dois personagens que não dominam a língua de sinais se afastam pelo fato de ela ser um sistema de comunicação restrito, justificando o emprego do termo “mudinho”.
d) ironiza os dois personagens que não dominam língua de sinais, enquanto o homem sinalizante a entende e compreende a expressão do inglês I Love You.
e) critica o homem surdo por não dominar as línguas estrangeiras estudadas pelos dois personagens, atribuindo a ele a responsabilidade pela dificuldade de comunicação entre os interlocutores.

26 - Considerando o Decreto n.º 12.689/2025 e sua atualização, assinale a alternativa correta quanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

►a) O AEE tem o estudante com TEA como público-alvo, sendo complementar à formação na rede regular de ensino, com estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da comunicação, interação social e aprendizagem.
b) O estudante com TEA deve receber atendimento no AEE em razão de sua deficiência, com atividades individualizadas que substituam sua participação nas propostas de sala comum.
c) O acesso do estudante com TEA ao AEE depende de um laudo neurológico que ateste o diagnóstico, bem como o nível de suporte 1, 2 e 3 para realização das adaptações pedagógicas escolares.
d) O estudante com TEA deve ser matriculado em escolas ou classes especiais, uma vez que, a depender do laudo médico, o AEE carece de estrutura para atendimento fonoaudiológico ou um terapeuta ocupacional.
e) No AAE para os estudantes com TEA de níveis 2 e 3 de suporte, o profissional de apoio é responsável por realizar a adaptação curricular e as interações sociais.

27 - Considerando as diretrizes da educação especial na perspectiva inclusiva e as disposições do PNE voltadas aos estudantes com altas habilidades ou superdotação, deve-se:

►a) organizar o AEE com estratégias de enriquecimento curricular, aprofundamento de conteúdos e, quando necessário, aceleração de estudos relacionada à escolarização regular.
b) priorizar a matrícula em classes ou instituições especializadas, reservando a rede regular para casos em que haja indisponibilidade de vaga ou transferência de cidade.
c) vincular o atendimento à confirmação do relatório psicológico das aplicações das Escalas Wechsler para identificação e organização escolar.
d) restringir o AEE às atividades complementares realizadas no contraturno, direcionando-o às necessidades dos estudantes com deficiência.
e) substituir as adaptações pedagógicas pela política centrada no desempenho de QI para realização da aceleração escolar, dispensando a reorganização do currículo.

28 - O Plano de Atendimento Especializado (PAEE) de um estudante identificou como principais obstáculos as barreiras comunicacional e atitudinal. Para enfrentá-las, o plano previu a introdução de recursos de Comunicação Aumentativa (CAA) – como pranchas de comunicação e *flip book* – além de estratégias diversificadas para uso de imagens como suporte visual e materiais acessíveis, incluindo a tesoura adaptada. Com base no material e nos fundamentos da educação inclusiva, assinale a alternativa correta.

a) A CAA é um método clínico de reabilitação de fala realizado por um fonoaudiólogo, sendo incorporado no PAEE para atestar que o estudante realiza a terapia de fala no tratamento.
b) A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço substitutivo à sala de aula comum, onde o estudante com TEA nível 2 e 3 de suporte permanece em turno integral.
c) Os recursos de tecnologia assistiva, como pranchas de comunicação e tesouras adaptadas, são facultativos no AEE, por não haver orçamento para esse fim.
d) A CAA destina-se a estudantes com deficiência física e motora, sendo incompatível com estudantes TEA, por se tratar de um transtorno de natureza comportamental.
►e) A CAA é um recurso de tecnologia assistiva voltado a estudantes com necessidades complexas de comunicação e deve ser introduzida pelo professor de AEE no PAEE junto às estratégias pedagógicas da sala de aula comum.

29 - Em reunião com a equipe gestora, uma família solicita que a escola contrate um profissional de apoio escolar e pergunta se a apresentação do laudo é necessária para a contratação. A família expõe essa preocupação, pois relata a demora no atendimento público de saúde (SUS) e a falta de condição financeira para ter atendimento em ambientes privados. Diante da nova diretriz sobre educação especial inclusiva, a contratação do profissional de apoio escolar:

a) depende do laudo médico, que também deve ser apresentado para a oferta do AEE.
b) depende do laudo médico, mas não interfere na organização do AEE.
►c) independe de laudo médico, e a organização do AEE tem como base o Estudo de Caso.
d) independe do laudo médico, e a organização do AEE deve ser definida a partir do diagnóstico clínico do estudante.
e) depende do laudo médico e do relatório médico para a oferta e a organização do AEE.

30 - Considerando a escolarização de estudantes com deficiência intelectual na perspectiva inclusiva, assinale a alternativa correta quanto à organização pedagógica que garante aprendizagem, participação e acesso ao currículo comum.

a) O currículo comum se mantém, enquanto o AEE desenvolve um currículo paralelo que atende às necessidades especificas de cada estudante, garantindo que não fique defasado em relação aos conteúdos escolares.
b) A adaptação curricular direciona-se a uma redução de objetivos de aprendizagem do estudante, centrada em habilidades funcionais e comunicação, com menor participação nas atividades da classe comum.
►c) As adaptações curriculares, a tecnologia assistiva e o AEE são recursos que alteram a forma de acesso e participação sem alterar os objetivos centrais de aprendizagem.
d) A avalição clínica e o diagnóstico para a deficiência intelectual, diferentemente das outras deficiências, são necessários para definir quais conteúdos podem ser aprendidos no contexto escolar.
e) O PAEE substitui o planejamento pedagógico da classe comum, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento curricular do estudante com deficiência intelectual.

31 - A educação infantil é um momento escolar em que bebês e crianças vivenciam suas primeiras experiências de aprendizagem, desenvolvimento e socialização. Nessa etapa, a inclusão não é apenas um direito, mas uma necessidade que enriquece o processo educativo para todas as pessoas. Quando a educação infantil se organiza a partir da compreensão de que todos os bebês e as crianças são pessoas de direito e aprendizes ativos, a diversidade torna-se constitutiva ao processo educativo. De acordo com o Decreto n.º 12.686/2025, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ter formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação continuada para a educação inclusiva. Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta sobre a formação e a atuação do professor na educação infantil inclusiva.

a) A sala de referência deve ser organizada pelo professor como um espaço de experiências e interações, onde a mediação pedagógica deve ocorrer por meios instrumentais (brinquedos, materiais) e semióticos (linguagem, música e Libras), direcionado para habilidades funcionais e comunicacionais, sem a necessidade de articulação com o currículo comum.
b) A formação continuada do professor de AEE na educação infantil inclusiva deve priorizar os conteúdos clínicos e diagnósticos precoces sobre a deficiência, capacitando o professor a identificar as limitações e déficits das crianças para orientar o planejamento pedagógico conforme o nível de comprometimento.
c) A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil depende da contratação de profissionais especializados (psicólogos e fonoaudiólogos) na sala de referência como responsáveis principais pelas intervenções, sendo a formação continuada do professor de classe comum considerada complementar.
►d) A formação continuada do professor de AEE deve contemplar a perspectiva social de deficiência, a mediação pedagógica, a remoção de barreiras e o trabalho colaborativo com profissionais de linguagem e letramento, garantindo que todas as crianças tenham acesso ao currículo comum.
e) A formação continuada para educação infantil inclusiva deve concentrar-se em técnicas de adaptação de materiais e recursos, reduzindo a necessidade de reflexão sobre práticas pedagógicas que promovam a participação de todas as crianças.

32 - Uma escola está adquirindo recursos para ampliar a participação de um estudante com comunicação oral restrita em atividades de sala de aula e no atendimento educacional especializado. Além de prancha de comunicação, símbolos gráficos e softwares de comunicação, são tecnologias assistivas para a Comunicação Aumentativa e alternativa (CAA) nesse contexto:

►a) vocalizador e comunicador dinâmico.
b) vocalizador e leitor de tela.
c) vocalizador e impressora Braille.
d) comunicador dinâmico e acionador.
e) tablet com acesso comum e vocalizador.

33 - A Língua Brasileira de Sinais (Libras) possui estrutura fonológica própria. Na fonologia das línguas de sinais, os pares mínimos são essenciais para comprovar a existência e a relevância dos parâmetros fonológicos que estruturam os sinais. Os sinais APRENDER e SÁBADO são um exemplo clássico desse fenômeno linguístico, e esse par mínimo:

a) mostra que a configuração é o parâmetro mais relevante para a distinção do significado em Libras, sendo o ponto de articulação como secundário em razão de seu traço distintivo.
►b) comprova que o ponto de articulação é um parâmetro fonológico distintivo na Libras, visto que a alteração do ponto de articulação muda os significados dos sinais, demostrando que a Libras possui estrutura fonológica organizada.
c) é um exemplo que indica que na Libras não há pares mínimos genuínos devido à sua variedade linguística, assim os sinais se diferenciam pelos aspectos semânticos e não pela estrutura fonológica.
d) apresenta um contraste que comprova que o movimento é o parâmetro distintivo e mais importante na fonologia da Libras, visto que a diferença de locação não foi suficiente para alterar o significado dos sinais.
e) comprova que a fonologia da Libras depende dos parâmetros manuais, sendo que os elementos não manuais, como as expressões faciais, são descartados para a descrição da estrutura fonológica da língua.

34 - Em uma atividade institucional, uma pessoa surdocega precisa receber informações e interagir com os participantes. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 14.704/2023, o guia-intérprete deve:

a) sintetizar a tradução e a interpretação entre Libras e língua portuguesa, por considerar a complexidade das modalidades de comunicação utilizadas no atendimento.
►b) dominar, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas e mediar a comunicação com interlocutores que não falam sua língua.
c) acompanhar a pessoa surdocega nas atividades, com prioridade para orientação, mobilidade e organização do ambiente.
d) adaptar as informações apresentadas no evento, conforme os recursos de acessibilidade disponíveis e as condições do local.
e) interpretar as manifestações da pessoa surdocega, com base em sua experiência profissional e nas estratégias de comunicação definidas pela instituição.

35 - A Lei n.º 13.146/2015, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, alterou o direito à educação da pessoa com deficiência a partir da perspectiva inclusiva centrada na remoção de barreiras, na oferta de apoios e na vedação de práticas discriminatórias. Considerando esse marco normativo, assinale a alternativa correta.

a) O AEE integra o conjunto de apoios assegurados pela lei, devendo ser ofertado com o repasse dos custos adicionais às famílias, em conjunto com os demais recursos de acessibilidade necessários à participação escolar.
b) O profissional de apoio escolar limita-se aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, sendo impedido de participar de atividades de cunho pedagógico, mesmo que o estudante necessite.
►c) O Poder Público deve assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sendo proibida às instituições privadas de ensino a cobrança ou valores adicionais pela oferta de apoio educacional especializado ou recursos de acessibilidade.
d) A educação bilíngue para a pessoa surda fica direcionada às escolas e classes bilíngues, como oferta facultativa na educação infantil.
e) O AEE deve ser direcionado a classes e escolas especiais, condicionando sua implementação à avaliação biopsicossocial.

36 - Durante o planejamento de uma sequência didática (SD) para estudantes da Educação Especial, a equipe pedagógica analisa como preservar a referência do currículo comum e, ao mesmo tempo, ajustar a proposta para promover acesso, participação e aprendizagem. No caso do estudante com deficiência intelectual, a professora decide utilizar organizadores visuais, material concreto e mediação dirigida em determinadas etapas da atividade. Assinale a alternativa que corresponde a tal escolha.

►a) Reorganizar objetivos, estratégia, recurso e formas de avaliação, mantendo a proposta curricular como referência e prevendo apoios compatíveis com a necessidade observada.
b) Reduzir o conteúdo da etapa e encaminhar o estudante a atividades paralelas, a fim de evitar sobrecarga cognitiva no grupo.
c) Preservar a mesma tarefa para toda a turma e ampliar o tempo de realização, sem alterar a mediação pedagógica.
d) Transferir a responsabilidade pelo ajuste da proposta ao atendimento especializado, para que a sala comum permaneça inalterada.
e) Substituir os objetivos de aprendizagem da turma por metas individuais desvinculadas do planejamento coletivo.

37 - Considerando a Lei n.º 13.146/2015 e os documentos de referência, assinale a alternativa correta quanto à função do ledor e transcritor no contexto avaliativo.

►a) O ledor realiza a leitura integral do enunciado e dos itens avaliativos, sem adaptações, interpretações, ou simplificações, e o transcritor registra fielmente a resposta do estudante, sem inserir ajustes, interpretações ou complementações.
b) O ledor reformula o conteúdo da avaliação para torná-lo mais acessível ao estudante com deficiência visual, e o transcritor adapta a escrita das respostas para torná-las mais objetivas.
c) O ledor identifica a ideia central de cada questão e salienta os trechos relevantes, e o transcritor suprime partes que apresentam inconsistências da resposta para manter a veracidade do registro.
d) O ledor faz pequenas intervenções durante a leitura a fim de esclarecer o sentido das questões, e o transcritor reorganiza as respostas do estudante para apresentar clareza textual.
e) O ledor direciona o estudante na resolução das avaliações, e o transcritor revisa a escrita de acordo com os critérios pedagógicos de cada particularidade do estudante.

38 - Nos termos da Lei n.º 15.436/2026, que institui a Política Nacional para estudantes com altas habilidades ou superdotação, o AEE deve assegurar a identificação precoce, o desenvolvimento integral e a inclusão plena. Suponha que, em uma sala de recursos multifuncionais, uma estudante demonstra desempenho superior relacionado ao raciocínio lógico, elabora soluções próprias de problemas complexos e apresenta oscilação de humor na organização de interações com o grupo. Considerando essas características, assinale a alternativa que expressa uma intervenção pedagógica compatível com as legislações atuais nesse caso.

a) Ampliação de tempo de permanência nas tarefas com acompanhamento integral da sequência didática planejada.
b) Reorganização do trabalho para estabilizar as condutas observadas, priorizando as atividades de conteúdos que a estudante domina.
c) Deslocamento da estudante para uma proposta paralela de maior complexidade, desvinculada do planejamento coletivo da turma, para que isso a estimule.
►d) Aprofundamento e diversificação de temas de interesse com mediações, desafios e recursos compatível com o perfil da estudante.
e) Redimensionamento da proposta para exercício de repetição e treino de outras áreas, para equalizar o desempenho da estudante entre as áreas de conhecimento.

39 - Um professor de Educação Inclusiva observa que a taxa de permanência de estudantes com autismo no ensino médio é menor que no ensino fundamental. Essa percepção é apoiada por dados divulgados pelo IBGE (2022), em que houve o registro de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA), sendo de maior prevalência entre as crianças de 5 a 9 anos; em 2024, havia mais de 918 mil alunos com TEA na educação básica; além disso, 46,1% dos autistas com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental. Ao analisar essa descontinuidade educacional à luz da Lei n.º 13.146/2015 e do Decreto n.º 12.686/2025, o professor identifica possíveis causas e estratégias de intervenção. Assinale a alternativa que apresenta uma ação pedagógica fundamentada na legislação vigente e no modelo de deficiência desses documentos oficiais.

a) Concentrar investimentos em atendimento educacional nas séries iniciais do ensino fundamental, em que as taxas de escolarização são mais altas, reconhecendo que a transição para o ensino médio é um processo natural de seleção que reflete as capacidades individuais dos estudantes.
b) Implementar avaliações diagnósticas mais rigorosas na transição do ensino fundamental para o ensino médio, com o objetivo de identificar estudantes com autismo incapazes de acompanhar o currículo regular, direcionando-os para classes especiais ou educação de jovens adultos.
►c) Mapear as barreiras arquitetônicas, curriculares, comunicacionais e atitudinais que dificultam a permanência de estudantes com autismo no ensino médio, e implementar adaptações como flexibilização curricular e apoio de profissional especializado.
d) Oferecer AEE intensivo para estudantes com autismo que apresentem diagnóstico de deficiência intelectual associada, reconhecendo que o autismo sem deficiência intelectual demanda adaptações insignificantes no ensino médio.
e) Estabelecer parcerias com instituições de ensino especial para encaminhar estudantes com autismo incapazes de acompanhar o ensino médio regular, garantindo que recebam educação especializada em ambientes segregados, de acordo com sua necessidade individual.

40 - Considerando a distinção entre a visão clínico-terapêutica e a visão socioantropológica da surdez, no contexto atual da educação bilíngue no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) A visão clínico-terapêutica concebe a surdez como diferença linguístico-cultural em que a mediação se dá por meio da Libras como primeira língua, e a visão socioantropológica compreende a surdez como condição de deficiência auditiva passível de reabilitação fonoaudiológica e adaptação ao padrão oralizado da sociedade ouvinte.
►b) A visão clínico-terapêutica compreende a surdez como condição a ser corrigida por intervenções fonoaudiológicas e tecnologias assistivas, priorizando a oralização como acesso à linguagem, e a visão socioantropológica concebe a surdez como diferença cultural e linguística, reconhecendo a Libras como fundamento da educação bilíngue para surdos.
c) A visão clínico-terapêutica e a visão socioantropológica compartilham a centralidade da Libras como língua de instrução, diferenciando-se quanto ao papel da família na estimulação precoce e no desenvolvimento linguístico da criança surda.
d) A visão socioantropológica da surdez fundamenta-se na ideia de que a aquisição da Libras depende da intervenção clínica precoce, sendo a educação bilíngue compreendida como espaço de reabilitação linguística que complementa o trabalho fonoaudiológico realizado no contexto familiar.
e) A visão clínico-terapêutica reconhece a comunidade surda e a língua de sinais como patrimônio identitário, enquanto a visão socioantropológica prioriza a normalização auditiva e a integração da criança surda em escolas regulares.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – CONHECIMENTOS DO NÚCLEO COMUM

O texto a seguir é referência para as questões 41 e 42.

O trabalho como princípio educativo

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não significa "aprender fazendo", nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores éticos-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana.

Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Disponível em: https://www.gov.br. Adaptado.

41 - Considerando o texto apresentado, o trabalho entendido como princípio educativo deve se preocupar prioritariamente com a:

a) educação fundamentada na prática laboral e produtiva como forma de educar para o trabalho.
b) promoção de uma educação determinada pelas necessidades próprias da sociedade capitalista.
►c) compreensão da indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura na produção da existência humana.
d) profissionalização voltada à rápida inserção de mão de obra no mercado de trabalho.
e) habilitação das pessoas para o exercício autônomo de uma dada profissão.

42 - Considerado como princípio educativo, o trabalho é compreendido em seu sentido ontológico e em seu sentido histórico, respectivamente:

a) como forma de produção da existência sob o capitalismo e como resgate da história.
b) como maneira de conhecer as profissões e como forma de valorizar os trabalhadores.
c) como forma de relação entre as pessoas e como forma de valorizar o passado.
d) como valorização das experiências individuais e como conhecimentos acumulados.
►e) como práxis humana e como forma específica de produção no capitalismo.

43 - A concepção de integração curricular tem o sentido de:

a) integração das atividades práticas do ambiente fabril às disciplinas teóricas da educação básica.
►b) articulação de trabalho, ciência e cultura para superar a dualidade entre formação geral e profissional.
c) intercalação entre o tempo de aprendizagem na escola e o de estágio na empresa.
d) aproximação entre as metodologias pedagógicas dos professores e as demandas do mercado.
e) substituição dos componentes curriculares tradicionais por grandes áreas do conhecimento.

44 - As instituições educacionais brasileiras passam por um processo de significativa utilização de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, mudando de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade da Informação – ou Sociedade em Rede –, convergindo assim para um novo paradigma educativo. Nesse sentido, do ponto de vista de suas características, é correto afirmar que, no paradigma da Sociedade em Rede, a educação deve privilegiar a cultura:

a) do ensino, por um processo pedagógico que enfatize o professor.
b) do ensino, por um processo pedagógico que enfatize a aprendizagem individual.
►c) do aprendizado, por um processo pedagógico que enfatize a aprendizagem colaborativa.
d) do acúmulo de conhecimento, por um processo pedagógico que enfatize valores e normas.
e) das TICs, por um processo pedagógico que enfatize o uso de novas tecnologias no ensino-aprendizagem.

45 - O Plano Nacional de Educação 2026–2036, estabelecido pela Lei n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, estabelece a promoção dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade, da sustentabilidade socioambiental e do exercício pleno da cidadania como uma de suas diretrizes. Frente a essa legislação, assinale a alternativa que expressa adequadamente uma das estratégias desse plano no que tange à sustentabilidade socioambiental.

a) Retomar os Parâmetros Curriculares Nacionais dos anos 1990 nas escolas municipais, distritais, estaduais e federais, para discutir a sustentabilidade socioambiental como tema transversal.
b) Criar um componente curricular de sustentabilidade socioambiental no itinerário formativo de Ciências da Natureza e suas tecnologias.
c) Comemorar as datas festivas que remetem aos cuidados com o meio ambiente, como o Dia do Rio e o Dia da Árvore.
►d) Instituir um programa nacional de financiamento para adequação das instalações escolares públicas em relação às mudanças climáticas, ao transporte, à alimentação e à gestão de resíduos.
e) Promover campanhas educativas a partir de conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular que abordam as relações entre a sociedade e o meio ambiente.

46 - Leia o seguinte trecho sobre qualidade de vida no trabalho (QVT), saúde do trabalhador e promoção da saúde:

> […] apesar de atraente, o tema da QVT é ao mesmo tempo carregado de vivas polêmicas e contradições. No Brasil é comum, por exemplo, se referir às práticas e programas de bem-estar nas organizações denominando-as com as expressões Saúde do Trabalhador, QVT, Promoção da Saúde, entre outras. Esta sobreposição de nomenclatura é equivocada porque cada uma delas remete a um campo de saberes e práticas com diferentes pressupostos.
>
> Rezende, Marcello S.; Masson, Letícia P. Qualidade de vida no trabalho e promoção da saúde do trabalhador: quais relações? *Laboreal*, v. 21, n. 1, 2025. p. 1.

Considerando as especificidades de cada uma dessas práticas, a promoção da saúde é corretamente definida como um conjunto de:

a) condições mínimas de saúde necessárias na sociedade industrial e urbanizada.
b) condições de saúde física dissociadas de aspectos sociais, psíquicos e ambientais.
c) problemas cuja responsabilidade pelo enfrentamento cabe à área de Saúde Coletiva.
d) práticas de saúde nas organizações, orientadas para ações individuais e assistencialistas.
►e) políticas públicas que ofertem condições de vida dignas e possibilitem o autocuidado.

O texto a seguir é referência para as questões 47 a 49.

Toda esta mistificação da máquina e da tecnologia que parecia realmente ser os fatores primordiais que definiam o progresso humano foi rompida pelas explosões das bombas atômicas na Segunda Guerra Mundial, em Nagasáqui e Hiroshima. […] A tecnologia passou a ser encarada também como antivida e, em determinadas situações, como fora de controle. Nascia então a necessidade do surgimento de uma nova área no campo de conhecimento que pudesse interpretar e conhecer estas relações que começavam a definir novos rumos para a civilização.

Bazzo, Walter A. Ciência, tecnologia e sociedade (CTS). *In:* Bazzo, Walter A. *Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. p. 91-135.

47 - A nova área de conhecimento a que se refere o texto é a dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Como campo acadêmico, então, é correto dizer que o campo de CTS:

►a) discute os aspectos sociais da ciência e da tecnologia.
b) advoga pela neutralidade da ciência e da tecnologia.
c) ressalta os aspectos positivos do progresso científico-tecnológico.
d) sustenta que a tecnologia determine o direcionamento da ciência e das políticas públicas.
e) defende que mais ciência gera mais tecnologia, o que, por sua vez, aumenta a riqueza e o bem-estar social.

48 - Na perspectiva do campo acadêmico de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), a tecnologia é definida como o conhecimento:

a) que trata do uso de ferramentas, máquinas, utensílios e instrumentos.
b) que resulta da aplicação da ciência em favor do bem-estar humano.
c) central e definidor da organização da sociedade na era industrial.
►d) que trata da criação e do uso de meios técnicos e suas inter-relações com a vida, sociedade e seu entorno.
e) técnico livre de interferências de fatores culturais, sociais ou humanos.

49 - Na perspectiva do campo acadêmico de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), a ciência é definida como:

a) uma atividade abstrata de conexão entre ideias teóricas.
b) um conhecimento autônomo, neutro, objetivo e irrefutável.
►c) um tipo de conhecimento que busca leis explicativas gerais, conectando fatos e fenômenos.
d) uma forma de interpretar fenômenos sociais e naturais idêntica a outras.
e) um saber baseado na experiência – ou seja, o saber-fazer.

50 - O protagonismo juvenil é um conceito polissêmico, sujeito a interpretações que variam de acordo com os sentidos pedagógicos e políticos atribuídos à participação estudantil, modificando-se, por exemplo, de acordo com a perspectiva de gestão da escola – se democrática ou gerencial. É um sentido de protagonismo juvenil atribuído pela gestão democrática à participação estudantil seu envolvimento em:

a) projetos de preeminência juvenil definidos pela secretaria de educação.
►b) sala de aula como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem.
c) ações solidárias, atendendo a pedidos da direção escolar.
d) eventos organizados pela direção escolar.
e) projetos organizados por professores da escola.

51 - Quanto à saúde e segurança no trabalho em ambientes hiperconectados, é correto afirmar:

a) As evidências científicas de que a exposição a longos períodos de conexão interfere na qualidade de vida dos trabalhadores são insuficientes.
b) O cérebro humano pode se adaptar gradativamente ao processamento de grandes quantidades de informação devido à sua plasticidade.
►c) A desconexão após períodos prolongados de hiperconexão é um direito do trabalhador fundamentado no que estabelece a Constituição.
d) O direito à saúde digital é voltado principalmente para os teletrabalhadores e para os trabalhadores que ocupam altos cargos em suas corporações.
e) O esgotamento e as exaustões mental e emocional devidos à exposição prolongada a dispositivos digitais e atividades online são problemas do indivíduo e do empregador.

O texto a seguir é referência para as questões 52 e 53

O Estado pode firmar-se como um promotor da uberização. No Brasil, a Lei n. 13.467, mais conhecida como reforma trabalhista, instituiu a condição do trabalhador just-in-time no interior do trabalho formal, transformando os pilares deste com, entre outros elementos, a criação do contrato de trabalho intermitente. Nele, o trabalhador é um empregado formalizado que, entretanto, é recrutado ao trabalho de acordo com as determinações do empregador e já não conta com qualquer garantia sobre sua remuneração — que agora pode legalmente ser inferior a um salário mínimo — nem sobre a extensão e a distribuição da jornada de trabalho.

Abílio, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020.

52 - É correto afirmar que a uberização:

a) é um processo de fortalecimento de formas estáveis, reguladas e contextualizadas de trabalho.
b) é um novo tipo de empreendedorismo, que mantém os direitos trabalhistas.
c) envolve um conjunto de processos de valorização do trabalhador que compensam os riscos.
►d) é um conjunto de novas formas de gerenciamento, controle e organização do trabalho.
e) começou com o modelo de trabalho da empresa Uber e se restringe às plataformas digitais.

53 - Sobre os modos de vida promovidos pela uberização, é correto afirmar:

►a) A uberização acentua a informalização do trabalho e os modos de vida instáveis, fazendo com que o trabalhador transite entre o trabalho formal e o informal.
b) O gerenciamento algorítmico e automatizado dos trabalhadores por empresas-aplicativo, próprio da uberização, cria regras claras pré-acordadas com os trabalhadores.
c) A uberização permite um trabalho menos intenso, uma vez que reduz os mecanismos de avaliação e de controle da produtividade.
d) A neutralidade do gerenciamento algorítmico promove um modo de vida em que o trabalhador não deseja mais ter um patrão, tomando ele próprio as decisões sobre o valor de seu serviço.
e) O trabalho uberizado permite ao trabalhador que ele gerencie, com autonomia, tanto a duração e como a distribuição de sua jornada de trabalho.

54 - O desenvolvimento das relações interpessoais se articula com a percepção que o sujeito tem de si próprio e do ambiente em que está inserido. Para tanto, é importante reconhecer os pilares da autoestima, que são, além de autoconhecimento:

a) autoaceitação, autoimagem e autoalienação.
►b) autoaceitação, autoconfiança e autoimagem.
c) autoconfiança, autoimagem e autoalienação.
d) autoconfiança, autoimagem e autorregulação.
e) autoaceitação, autoconfiança e autorregulação.

O texto a seguir é referência para as questões 55 e 56.

Podemos pensar no burocrata público como um mero executor das decisões tomadas pelos políticos em nome de seus eleitores. Essa é uma visão linear e equivocada do que é um servidor público. O servidor público não é um mero administrador; ele é, essencialmente, um *agente político*, como também o é o político eleito; por isso ambos são 'oficiais públicos'. O servidor público não se limita a executar leis e políticas definidas pelos políticos; ele ajuda os políticos eleitos a formulá-las ou a reformá-las. Seu poder não é apenas o poder de um administrador sobre seus subordinados. Ele fala e age em nome do estado, ele partilha do poder de estado – do poder extroverso e soberano que só o estado tem sobre sua sociedade nacional.

Bresser-Pereira, L. C. Administração pública e de empresas: duas coisas muito diferentes. *Revista Gestão Pública-PE*, n. 2, jun. 2013. p. 35-41.

55 - A função de servidor público, estável ou temporário, envolve dimensões éticas relativas ao serviço público. Para tanto, são conhecimentos necessários ao professor ou à professora, enquanto servidores públicos:

►a) a compreensão das normas e da organização do Estado e da responsabilidade do agente público pela *res publica*.
b) métodos de gestão e de controle de lucros para autofinanciamento da escola pública.
c) conhecimento das finanças e dos mercados (dos negócios) para poder atuar em escolas terceirizadas.
d) conhecimento de estratégias de maximização da utilização da força de trabalho dos profissionais da educação.
e) métodos de administração estratégica dos recursos materiais e de disciplinamento dos estudantes para um ambiente escolar harmonioso e produtivo.

56 - O trabalho de um servidor público do magistério estadual deve priorizar:

a) o interesse da Secretaria Estadual de Educação.
b) o interesse do diretor ou da diretora.
c) o interesse do servidor ou da servidora.
d) o interesse do estudante ou da estudante.
►e) o interesse público.

FORMAÇÃO DE DOCENTES – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

57 - Assinale a alternativa correta sobre as definições de alfabetização e de letramento, considerando as discussões contemporâneas a respeito do assunto.

a) Alfabetização e letramento são conceitos sinônimos, utilizados indistintamente nos cursos de formação de professores.
b) O letramento precede a alfabetização, pois o entendimento sobre o uso social da escrita é necessário para a alfabetização.
►c) A alfabetização é a apropriação do sistema de escrita, e o letramento envolve o uso social da leitura e da escrita.
d) O letramento, que é objetivo dos anos finais do ensino fundamental, decorre da alfabetização, que é foco dos anos iniciais.
e) Alfabetização e letramento se referem a um mesmo fenômeno, mas o primeiro ocorre no ambiente escolar, e outro, fora dele.

58 - Conforme a Lei n.º 9.394/1996 (LDB), a educação escolar brasileira compõe-se de:

a) duas etapas: Educação Infantil e Educação Básica.
►b) dois níveis: Educação Básica e Educação Superior.
c) três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Superior.
d) uma etapa: Educação Infantil; e dois níveis: Ensino Fundamental e Educação Básica.
e) duas etapas: Educação Básica e Educação Superior; e dois níveis: Ensino Fundamental e Médio.

59 - De acordo com a Lei n.º 9.394/1996 (LDB), a avaliação do rendimento escolar deve:

a) priorizar exames finais, em detrimento dos processos contínuos.
b) basear-se em notas numéricas, podendo incluir pareceres.
c) ser padronizada nacionalmente para todas as escolas.
►d) valorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
e) ser desenvolvida desde a pré-escola até o ensino médio.

60 - Quanto à sua natureza no contexto do sistema educacional brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se caracteriza como um:

►a) documento normativo que define aprendizagens essenciais para a Educação Básica.
b) currículo único, uniforme e obrigatório para todas as escolas brasileiras.
c) conjunto de livros didáticos e materiais de apoio pedagógico-curricular.
d) conjunto de diretrizes pedagógicas cuja adoção é optativa pela escola.
e) sistema curricular cujo objetivo é servir de base para a avaliação do trabalho dos docentes.

61 - A elaboração do Projeto Político-Pedagógico:

a) é dever da Secretaria da Educação, por se tratar de documento de referência, para posterior implementação pelas escolas.
b) deve traçar objetivos e metas para a escola, de forma que se constitua como referência para as avaliações externa e institucional.
c) é uma recomendação feita a todas as escolas, dada a ausência de legislação que imponha sua obrigatoriedade, e visa ao planejamento institucional.
►d) deve levar em conta os princípios para a organização do trabalho da escola (democracia, universalidade, qualidade etc.), indicando-os e discutindo-os.
e) é dever legal da diretoria da escola, que, para fazê-lo, precisa levar em conta as opiniões e anseios do corpo docente da instituição e da comunidade.

62 - Considerando suas funções, o Regimento Escolar deve:

a) definir conteúdos curriculares e procedimentos pedagógicos.
►b) estabelecer normas de organização e funcionamento da instituição escolar.
c) elaborar regras para os projetos de integração escola-comunidade.
d) regulamentar o regime de trabalho dos docentes e demais funcionários.
e) substituir o Projeto Político-Pedagógico, quando inexistente.

63 - Em uma situação hipotética, uma professora opina que a presença de estudantes com deficiência em turmas regulares prejudica o ritmo de aprendizagem dos demais alunos. A partir da legislação vigente sobre a Inclusão Escolar, em especial a Lei Federal n.º 13.146/2015, é correto afirmar que a opinião da docente:

a) é compatível com os princípios gerais da educação inclusiva.
b) confirma a norma que aponta a inclusão escolar apenas para estudantes com deficiência leve.
c) afronta a prerrogativa docente de solicitar transferência em caso de prejuízo comprovado aos demais.
d) condiz com a legislação, que prevê turmas separadas como regra geral.
►e) desconsidera o direito à educação inclusiva e os benefícios que ela traz.

64 - O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo:

a) substituir as aulas regulares para os alunos com necessidades educativas especiais.
b) desenvolver conteúdos adaptados de Língua Portuguesa e Matemática em aulas suplementares.
c) ofertar atendimento individualizado aos alunos com dificuldades e menor rendimento escolar.
d) dar assistência a estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica.
►e) complementar ou suplementar a formação dos estudantes da Educação Especial.

65 - As metodologias ativas têm ganhado destaque no cenário educacional contemporâneo como propostas que rompem com o modelo tradicional de ensino, no qual o aluno ocupa uma posição passiva de receptor de informações. Adotadas na prática pedagógica, as metodologias ativas pressupõem que:

a) o professor transfira progressivamente sua responsabilidade para os alunos, assumindo um papel observador, enquanto os estudantes organizam, com mais liberdade e menos direcionamento, os conteúdos a serem estudados.
►b) o foco do processo de ensino-aprendizagem se desloque do professor para o aluno, levando-o a ser mais responsável por sua própria aprendizagem, por meio de situações-problema, projetos e desafios que o estimulem.
c) tecnologias digitais estejam mais presentes nas atividades, uma vez que as metodologias ativas dependem de recursos tecnológicos avançados para serem efetivamente implementadas em sala de aula.
d) o conteúdo curricular seja simplificado e tomado tematicamente, ampliando as habilidades socioemocionais em vez dos conhecimentos conceituais e procedimentais, conforme previsto na BNCC.
e) o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem sejam realizados por meio de autoavaliação e de avaliação entre pares, substituindo, assim, as formas de avaliação formativa e somativa conduzidas pelo professor por estratégias mais dialogadas.

66 - Durante uma atividade de produção de texto, uma professora do 4.º ano do ensino fundamental observou que muitos alunos tinham dificuldade para organizar as ideias e estruturar uma narrativa coesa. Em vez de simplificar a tarefa ou de entregar um modelo pronto, ela planejou uma sequência didática em três etapas. Na primeira, reuniu os alunos em pequenos grupos e propôs que eles contassem oralmente, uns para os outros, histórias que já conheciam (contos de fadas, lendas ou filmes), enquanto ela circulava fazendo perguntas que estimulavam a reflexão sobre a sequência dos fatos. Na segunda, apresentou um "mapa da narrativa" – um esquema visual com os elementos da narrativa (personagens, cenário, problema, desenvolvimento e solução) – e, junto com a turma toda, construiu coletivamente uma história no quadro, utilizando o mapa como guia. Por fim, solicitou que cada aluno produzisse sua própria história, mas permitiu que eles consultassem o mapa construído coletivamente e que trocassem ideias com os colegas durante a escrita.

Considerando a perspectiva sociocultural de Vygotsky, essa prática está corretamente fundamentada porque a professora:

►a) criou situações em que a aprendizagem ocorre primeiro entre as pessoas, na interação social, para, posteriormente, ser individualmente internalizada, utilizando a linguagem e a mediação como ferramentas centrais.
b) partiu do princípio de que a aprendizagem deve respeitar o estágio de desenvolvimento cognitivo em que cada aluno se encontra, motivo pelo qual ela organizou a atividade em etapas de níveis mais simples aos mais complexos.
c) utilizou reforços positivos para moldar o comportamento dos alunos, condicionando-os a produzir textos no formato desejado, o que caracteriza a mediação instrumental proposta por Vygotsky.
d) avaliou que os alunos só conseguiriam produzir textos após atingirem a maturidade biológica necessária para a escrita, razão pela qual ela investiu primeiro na oralidade, que é uma habilidade inata e anterior ao desenvolvimento cultural.
e) empregou a troca inicial em grupo como situação na qual os alunos pudessem externalizar sua capacidade narrativa, tomando consciência do conhecimento anteriormente apresentado em sala e fixando, assim, os conceitos narrativos.

67 - De acordo com as teorias da avaliação educacional, qual é a principal finalidade da avaliação diagnóstica?

a) Classificar os alunos em níveis de aproveitamento para fins de aprovação ou reprovação ao final do ano ou ciclo letivo.
b) Monitorar o processo de ensino e aprendizagem, permitindo ao professor identificar lacunas e realizar ajustes contínuos na prática pedagógica.
c) Mensurar o acúmulo de informações e a memorização de conteúdos por meio de recursos avaliativos articulados aos sistemas externos de diagnose escolar.
►d) Identificar os conhecimentos prévios dos estudantes no início do ciclo letivo, com vistas a (re)organizar o planejamento de ensino.
e) Conhecer os estudantes a fim de promover uma melhor distribuição nas turmas, garantindo uma formação mais homogênea.

68 - Uma professora leciona para uma turma de 6.º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública. Ao longo do bimestre, ela observa que seus alunos apresentam grande dificuldade em compreender conceitos abstratos de Ciências, especialmente aqueles relacionados à cadeia alimentar e ao equilíbrio ecológico. Nota também que muitos estudantes demonstram desinteresse pelas aulas expositivas e pela leitura de textos didáticos, mas participam ativamente quando o assunto é relacionado ao cotidiano do bairro, como a presença de animais domésticos, o cultivo de hortas comunitárias e o descarte inadequado de lixo nas ruas.

Com base nos pressupostos da pedagogia crítico-social e na concepção de prática pedagógica como ação intencional e contextualizada, a atuação pedagogicamente correta da professora diante desse cenário é:

a) intensificar o uso de exercícios de fixação sobre os conceitos da cadeia alimentar e ampliar as aulas expositivas, usando recursos de apoio para garantir a cobertura do conteúdo programático e o entendimento dos conceitos abstratos de ciências.
b) substituir o conteúdo previsto no currículo oficial por temas de interesse imediato dos alunos, como a reciclagem de lixo e a criação de animais, incentivando os estudantes a uma formação articulada à realidade concreta e cotidiana.
c) continuar o desenvolvimento organizado de seu planejamento, como previsto, mas solicitar o apoio da direção da escola e da equipe pedagógica para que os docentes de outras disciplinas também trabalhem essas questões, articulando-as com os demais conteúdos, já que atingem diretamente o cotidiano de todos os alunos.
d) propor a construção de maquetes e cartazes ilustrativos sobre a cadeia alimentar, solicitando que os alunos pesquisem em livros e na internet os conceitos teóricos, e reservar momentos específicos para que apresentem seus trabalhos, como elementos complementares à sua metodologia expositiva para abordar as questões do cotidiano.
►e) elaborar um projeto didático que parta das situações concretas vivenciadas pelos alunos (como a horta comunitária e o lixo no bairro) para, por meio de investigação, experimentação e diálogo, introduzir gradativamente os conceitos científicos e a importância da ciência.

69 - As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar. No entanto, a simples disponibilização desses recursos não garante, por si só, a melhoria da qualidade do ensino. É correto afirmar que a mediação pedagógica com tecnologias:

►a) deve ser orientada por uma postura crítica e intencional do docente, que planeja, conduz e avalia o uso das tecnologias de forma articulada aos objetivos formativos, incentivando e promovendo a construção ativa do conhecimento pelos estudantes.
b) consiste na aplicação de metodologias ativas e no uso de recursos tecnológicos como objetivos educacionais principais, devidamente planejados e alinhados aos objetivos curriculares da etapa de ensino, preparando os alunos para uma vida mais tecnológica.
c) pressupõe a adoção de plataformas adaptativas e sistemas inteligentes que qualificam o ensino por meio dos recursos de TDIC, reduzindo a necessidade de intervenção docente e tornando o processo de aprendizagem mais eficiente e padronizado.
d) cuida da curadoria de conteúdos digitais e da indicação de aplicativos educativos aos alunos, devendo o professor priorizar a autonomia dos estudantes no manuseio das ferramentas para não interferir em seu processo de descoberta e criatividade.
e) focaliza atividades de práticas tecnológicas em favor da formação do aluno em conteúdos articulados às TDIC, uma vez que há forte demanda do mercado de trabalho por empregos e profissões que exigem um domínio amplo das novas tecnologias.

70 - A diversidade e a pluralidade cultural no ambiente escolar, em conformidade com o que preconizam as diretrizes educacionais vigentes, exigem do professor uma postura que:

a) promova a homogeneização dos comportamentos e das expressões culturais dos estudantes, a fim de garantir um ambiente tranquilo, disciplinado e focado nos conteúdos curriculares obrigatórios e nas boas práticas formativas.
b) aborde as diferentes culturas e manifestações sociais de forma pontual e festiva, enfatizando as datas comemorativas específicas, como o Dia dos Povos Indígenas e o Dia da Consciência Negra, tomando-as como referência para um currículo diverso e respeitoso.
►c) valorize as múltiplas identidades étnico-raciais, de gênero, religiosas e regionais presentes na escola, adotando práticas pedagógicas que combatam ativamente preconceitos, discriminações e desigualdades históricas.
d) priorize o ensino da cultura hegemônica e da história oficial do país, considerando as demais manifestações culturais como complementos importantes, mas cuidando para não gerar conflitos com as famílias dos alunos e suas crenças.
e) mantenha-se neutra em relação às diferenças religiosas, culturais e sociais, tratando todos os alunos de maneira idêntica, para evitar qualquer forma de favorecimento ou discriminação, uma vez que a escola deve compreender todos como iguais.

71 - De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a organização do currículo para essa etapa da Educação Básica deve se estruturar:

a) no desenvolvimento motor e na aquisição da linguagem escrita como elementos centrais no desenvolvimento integral das crianças.
b) na formação voltada à etapa seguinte – o ensino fundamental –, por meio do ensino de conteúdos preparatórios específicos.
►c) nas interações e na brincadeira, que devem ser garantidas como experiências fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.
d) nos campos de experiência, que organizam os conhecimentos a serem trabalhados em todas as faixas etárias, priorizando a alfabetização.
e) no cuidar e no educar, compreendidos como dimensões indissociáveis e subordinadas aos objetivos de cada instituição de ensino.

72 - Durante uma aula, os estudantes utilizaram ferramentas de inteligência artificial para produzir textos acadêmicos. Na sequência, o professor decidiu discutir aspectos éticos, de autoria, de confiabilidade das informações e de uso crítico dessas tecnologias. Nesse sentido, a postura do docente está alinhada:

a) à defesa prioritária das tecnologias digitais no processo educacional.
►b) à perspectiva de formação crítica para a cidadania digital.
c) à substituição do ensino tradicional pela tecnologia digital.
d) a uma postura em favor da neutralidade tecnológica.
e) ao enfrentamento do tecnicismo educacional digital.